

1.

A constituição do meio técnico-científico-informacional e a expansão do ensino a distância

1.1.

Técnica, trabalho e ensino: a expansão da modalidade a distância

Entendemos que o ponto de partida para a discussão da influência das territorialidades no ensino superior a distância seja a compreensão e a discussão acerca das possibilidades de execução desta modalidade de ensino. Nem sempre foi fácil ou possível executar qualquer tipo de educação ou qualquer ato cotidiano a distância, pois a ausência ou a rudimentaridade das técnicas não o permitiam. As técnicas adquirem aqui uma centralidade na discussão, já que segundo SANTOS (1994), as mesmas são dados explicativos do espaço, e também, que cada uma pode ser localizada no tempo. Ora, é disso que falamos. Cada tempo e tipo de sociedade proporcionam uma técnica peculiar, característica, que está presente nos objetos e nas ações.

A base técnica da sociedade e do espaço constitui, hoje, um dado fundamental da explicação histórica, já que a técnica invadiu todos os aspectos da vida humana, em todos os lugares. (SANTOS, 1994)

NUNES (2004) relaciona a origem do ensino a distância ao pioneirismo do anúncio das aulas por correspondência ministradas por Caleb Philips (20 de março de 1728, na Gazzete de Boston, EUA), que enviava suas lições todas as semanas para os alunos inscritos. Depois, em 1840, na Grã-Bretanha, Isaac Pitman ofereceu um curso de taquigrafia por correspondência. Em ambos os casos, os correios serviam como ponte entre o corpo docente e o discente. Levando-se em conta que a 2ª Revolução Industrial se deu a partir da segunda metade do século XIX (1850-1870), e justamente durante seu advento tenha ocorrido uma série de desenvolvimentos dentro da indústria química, elétrica, de petróleo e de aço, além de outros progressos essenciais nesse período que incluem a introdução de navios de aço movidos a vapor e o desenvolvimento do avião, faz-se necessário frisar que os meios de transporte e comunicação ainda estavam engatinhando rumo ao desenvolvimento e, portanto, o tempo dos professores e alunos nem sempre era o mesmo.

Do início do século XX até a Segunda Guerra Mundial, várias experiências foram adotadas visando aperfeiçoar as metodologias aplicadas ao ensino por correspondência que, depois, foram fortemente influenciadas pela introdução de meios de comunicação de massa. A necessidade de capacitação rápida de recrutas norte-americanos durante a Segunda Guerra Mundial proporcionou o surgimento de novos métodos (entre eles se destacam as experiências de Fred Keller para o ensino da recepção do Código Morse) que logo foram utilizados, em tempos de paz, para a integração social dos atingidos pela guerra e para o desenvolvimento de capacidades laborais novas nas populações que migram em grande quantidade do campo para as cidades na Europa em reconstrução.

Há que se destacar, contudo, que SANTOS (1996) afirma: a técnica sozinha não explica nada. De fato, o impulso maior e a posterior consolidação se dão a partir de meados dos anos 1960 com a institucionalização de várias ações nos campos da educação secundária e superior, começando pela Europa (França e Inglaterra) e se expandindo aos demais continentes. Eram, segundo HOBBSAWM (1995), os anos dourados, período em que a prosperidade, seja intelectual, econômica ou financeira conheceu seus maiores índices nos países ditos desenvolvidos e até mesmo nos subdesenvolvidos. No Brasil ocorreu um surto de prosperidade entre os anos de 1968 e 1973.

Era também o início do período de decadência mundial do modelo fordista, que buscava a padronização da produção através do trabalho de uma mão-de-obra incapaz de pensar o trabalho realizado, mas que apenas reagia interpretativamente aos movimentos que o ritmo do processo de trabalho impunha ao seu corpo, de pouca mobilidade e também baixa qualificação, o que ajudava a explicar a facilidade com que eram manipulados e sua conseqüente alienação. Ou seja, o declínio fordista, seguido do advento do novo modelo pós-fordista ou Toyotista, levou o setor industrial e empresas em geral a buscarem mão-de-obra mais qualificada e menos especializada, tornando premente a valorização do estudo e, conseqüentemente, do ensino superior. De acordo com Ferreira e Assunção,

As mudanças ocorridas na sociedade brasileira, bem como no modo de produção capitalista, em especial nas relações de produção e no processo de trabalho, em função da introdução de novas tecnologias, passaram a exigir do trabalhador um perfil multifuncional, demandando uma educação que possa atender a essa nova conjuntura ocupacional. A qualificação desse trabalhador fica vinculada a um conjunto de habilidades e competências que o torne mais competitivo e capaz de maior empregabilidade. (FERREIRA e ASSUNÇÃO, 2008 p. 01)

Ao longo do período em que predominava o modelo fordista de produção, foi dada prioridade à implementação e à expansão do ensino profissionalizante no país, justificado pelo acelerado processo de industrialização em curso. Por exemplo, em 1976 foi criado o Sistema Nacional de Teleducação, que operava principalmente através de ensino por correspondência e realizou, também, além de algumas experiências (1977/1979) com rádio e TV. Em doze anos, o Sistema acumulou 1.403.105 matrículas, em cerca de 40 cursos diferentes.

Outra questão de destaque do cenário mundial da época é o contra-ataque do capitalismo frente aos avanços socialistas do pós-guerra. Mais do que simplesmente fornecer mão-de-obra mais qualificada para as empresas ocidentais, tornando essa parte do mundo mais poderosa a partir do desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, de maior poder aquisitivo e consumo dos cidadãos e empresas, a qualificação profissional passou por um processo de consolidação no setor de serviços, com ampla contribuição à economia dos países. Eram numerosos os casos de instituições privadas de ensino, apesar do fato de que no pós-guerra tenham ocorrido fortes investimentos no setor de educação pública visando a recuperação das economias ocidentais. Portanto, além da geração de emprego e renda, podemos destacar o recolhimento de impostos sobre a atividade e sobre a mão-de-obra empregada. Castells (1999) não leva tal fato em consideração ao justificar os avanços tecnológicos concentrados pioneiramente nos Estados Unidos³, pois atribuía tal avanço mais ao resultado de indução tecnológica que à determinação social.

Como se pode ver, o papel da técnica foi fundamental para que ocorresse o desenvolvimento e a conseqüente proliferação da metodologia do ensino a distância pelo mundo. Milton Santos, de forma indireta, nos mostra que a técnica possui centralidade em relação a esta modalidade de ensino, já que ao posicionar

³ Ver A sociedade em rede. Castells (1999)

as técnicas como base de cada sociedade, referenda a idéia de que sem a mesma, dificilmente atingiríamos o atual estágio de proliferação verificado. Cada sociedade possui técnicas próprias e outras resultantes do intercâmbio intelectual existente entre os países e instituições que possuem algum tipo de afinidade. Esse conjunto técnico acaba por refletir nessa mesma sociedade, funcionando como meio e condicionante da mesma. Segundo Milton Santos:

As características da sociedade e do espaço geográfico, em um determinado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado das técnicas. Desse modo, o conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos é essencial para o entendimento das diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios, desde os albos da história até a época atual. Cada período é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade, representativo da forma como a história realiza as promessas da técnica. (SANTOS, 2002)

As possibilidades concretas de proliferação do ensino a distância surgem a partir do momento em que as técnicas passam a proporcionar maior alcance quantitativo, que ocorre a partir do advento do meio técnico-científico-informacional. A Terceira Revolução Industrial e suas primeiras consequências ocorrem na segunda metade do século XX, principalmente a partir da década de 1970, quando houve uma série de descobertas e evoluções no campo tecnológico.

A revolução da tecnologia da informação foi essencial para a implementação de um importante processo de reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 1980. No processo, o desenvolvimento e as manifestações dessa revolução tecnológica foram moldados pelas lógicas e interesses do capitalismo avançado. (CASTELLS, 1999 p.50)

Essa nova maneira de produzir está vinculada à inserção de uma enorme quantidade de tecnologias e elevado volume de informação, diretamente ligados à proliferação, ainda que tímida em seu início, da informática, robótica, telecomunicação, química, uso de novos materiais, biotecnologia, engenharia genética entre muitos outros, que recentemente fazem parte de praticamente todos os segmentos produtivos que marcam essa etapa, inclusive e, principalmente, no

que se refere à educação, sua democratização e conseqüente proliferação no mundo globalizado. Segundo Belloni:

Cabe lembrar o óbvio, como meio de sinalizar a perspectiva desta análise: as inovações educacionais decorrentes da utilização dos mais avançados recursos técnicos para a educação (o que inclui as Tecnologias de Informação e Comunicação, TIC, mas também as técnicas de planejamento inspiradas nas teorias de sistemas, por exemplo) constituem um fenômeno social que transcende o campo da educação propriamente dita, para situar-se no nível mais geral do papel da ciência e da técnica nas sociedades industriais modernas. No capitalismo triunfante da segunda metade do século 20, o avanço tecnológico permitiu não apenas a expansão mundial do industrialismo como também a difusão planetária de uma cultura mínima (ou “básica”), que serve de linguagem comum para a “comunicação publicitária”, difusora de um discurso tecnocrático que vende ilusões com argumentos científicos. A ciência e o desenvolvimento tecnológico, cujas relações ambíguas poderíamos classificar como incestuosas adquirem em nossas sociedades contemporâneas um grau de autonomia muito importante, tornando-se as principais forças produtivas da atual fase do capitalismo. (BELLONI, 2001)

Essa revolução técnica de meados do século XX vai se traduzir no pontapé inicial do processo de globalização. A partir deste, as mesmas sofrerão um incremento nunca antes registrado. A tecnologia e a informação se tornarão a base da vida social, ou, em outras palavras, o meio técnico-científico informacional é um meio geográfico no qual o território inclui, obrigatoriamente, ciência, tecnologia e informação.

Cada um dos três séculos passados foi marcado por um tipo principal de caracterização da técnica. O século XVIII foi a era dos grandes sistemas mecânicos acompanhado da 1ª Revolução Industrial. O século XIX foi a da máquina a vapor. Os séculos XX e XXI têm sido denominados como sendo a era da informação. Segundo as palavras de Castells,

No fim do segundo milênio da Era Cristã... uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado. Um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais uma língua universal digital está promovendo a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura. (CASTELLS, 1999 pp.40 e 41)

Associado a este momento atual, temos testemunhado vários avanços tecnológicos em diversas áreas. Dentre estes, dois que têm causado significativo impacto sobre o modo de vida das pessoas neste século são a computação e as telecomunicações. Neste cenário de avanços, deparamo-nos com uma carga de informações cada vez maior. Como podemos tirar proveito dessas tecnologias que colocam a nossa disposição um volume cada vez maior de informações? O ensino a distância propõe-se a responder a essa questão de forma que se propõe a ser uma modalidade de ensino que, por não ter a obrigatoriedade presencial, nem tampouco controle dos docentes sobre os discentes, que proporciona maior disponibilidade de tempo para que absorvamos tal volume de informações que nos assolam todos os dias. A era da informação nos impõe, de certa forma, que tomemos ciência de tudo que nos rodeia, como se todo o mundo fosse de nosso interesse.

A velocidade da informação e da inovação tecnológica força as pessoas a estarem em permanente atualização. A exclusão digital e o não conhecimento de uma segunda ou terceira língua também aparecem cada vez mais como empecilho para a conquista de postos de trabalho. A partir deste fato, reforça o que já havia escrito de que essa nova era proporciona um considerável aumento da competição entre pessoas, empresas e até mesmo entre os países. O que, conseqüentemente, nos leva a acreditar na valorização recente do ensino como um possível diferencial. A informação e o conhecimento sendo capazes de transformar a realidade e, de quebra, promovendo o sucesso de seus detentores.

Percebemos que a era da informação, apesar de ajudar a compor o que atualmente denominamos por globalização, assim como esta última, é seletiva e, portanto, não afeta a todos os países e pessoas de uma maneira uniforme, global. Aqui o objetivo é afirmar que essa revolução informacional em curso proporciona o surgimento de novos sistemas educacionais que seriam capazes de provocar outro tipo de revolução – social – com bases na maior qualificação profissional dos povos, objetivando a redução das distâncias entre ricos e pobres no interior dos países. Porém, sendo esta o resultado de um movimento de expansão do capitalismo, há que se manter suas estruturas básicas as quais determinam que seja necessário que haja desigualdades. Em todas as esferas, para ser mais claro.

Então, a partir disto, podemos crer que também os avanços tecnológicos não ocorrem de forma simultânea em todos os cantos do planeta, e também, que mesmo que houvesse essa simultaneidade, nem todas as sociedades reagiriam à mesma de forma igual. Portanto, mesmo em uma sociedade mundial dita globalizada, há um grande contingente de pessoas que não tem direito aos avanços por ela proporcionados, e outros tampouco conhecem a existência da mesma. O que quer dizer que, mesmo hoje em dia, em plena era de comunhão entre capital e ciência, de aceleração do tempo em grande escala e mundialização das oportunidades, há uma grande quantidade de pessoas ao redor do mundo à margem do processo de integração mundial e de toda a revolução técnico-científico informacional iniciada há aproximadamente quarenta anos.

Se por um lado a implantação do meio técnico-científico informacional, através da globalização, trouxe alguns efeitos colaterais denominados como negativos, tais como a transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional, o aumento do desemprego a nível mundial e a unificação do sistema de produção, o mesmo também é capaz de produzir efeitos considerados positivos como a aceleração de todas as formas de circulação, capaz de aumentar substancialmente o comércio e os deslocamentos mundiais em geral; a inclusão digital, mesmo que ainda de maneira incipiente e seletiva e, a proliferação de novas tecnologias. Isso também vale para a educação e para a qualificação da mão-de-obra, causado em grande parte pelo aumento da concorrência, também fruto da expansão capitalista do século XX. Castells (1999) faz uma análise minuciosa das alterações provocadas pela globalização nas sociedades atuais

Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade. [...] O próprio capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes; considerável fortalecimento do papel do capital *vis-à-vis* o trabalho, com o declínio da influência dos movimentos de trabalhadores; [...] intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado de bem-estar social. [...] testemunhamos a integração global dos mercados financeiros. (CASTELLS, 1999 pp. 39 e 40)

É de grande relevância destacar outro efeito provocado pelos avanços científicos da segunda metade do século XX. Há um perceptível avanço verificado nas tecnologias de transportes e comunicações, que proporcionou uma considerável ampliação das possibilidades de redução das distâncias em nível mundial. Faço minhas as palavras de Milton Santos que comprovam isto:

A exigência de fluidez manda baixar fronteiras, melhorar os transportes e comunicações, eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro, suprimir as rugosidades hostis ao galope do capital hegemônico. (SANTOS, 1994)

Ruy Moreira corrobora para este fato ao afirmar que:

A mobilidade e a compressão do espaço eliminam a barreira das fronteiras, arrumando em rede o espaço que vai resultando desse desenho. (MOREIRA, 2008 p.97)

A fluidificação do espaço, para estes dois autores, é resultado direto da produção tecnológica gerada por e a partir da 3ª Revolução Industrial.

Ora, mandar baixar fronteiras no que toca a formação de blocos econômicos regionais e eliminar obstáculos nos remete imediatamente ao que Haesbaert (2006) denomina como sendo a condenação do mundo das divisões territoriais dos Estados-nações, na sua forma de colcha de retalhos. Na obra *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*, o autor cita a atual angústia provocada pela possibilidade de ocorrência do fim da Geografia e, conseqüentemente, dos territórios a partir do “encurtamento” ou até mesmo da eliminação das distâncias causadas, como já foi escrito, pelos avanços tecnológicos proporcionados pela Revolução técnico-científica, aspecto que será aprofundado nos capítulos posteriores. É importante destacar neste momento que embora a 3ª Revolução Industrial da segunda metade do século XX tenha trazido o aumento das possibilidades de expansão espacial, financeira, econômica e todas as demais dimensões relacionadas ao capitalismo, também foi capaz de, entre outras conseqüências espaciais, gerar mudanças na configuração territorial mundial como um todo, como veremos a seguir.

1.2. O Ensino a distância no Brasil

No Brasil, com Edgard Roquete Pinto juntamente com a Academia Brasileira de Ciência, temos uma das experiências pioneiras quando da instalação da primeira estação de rádio brasileira. A Rádio Sociedade no Rio de Janeiro, hoje rádio MEC, inaugurada em 20 de abril de 1923, tinha como um dos objetivos centrais promover a educação pelo rádio. Os alunos tinham acesso prévio a folhetos e esquemas de aulas e utilizavam a correspondência para contato.

A partir daí o rádio foi se consolidando como referência para a educação a distância por meio de experiências que surgiram em vários lugares do Brasil como o Sistema Rádio-educativo Nacional (Irena), criado em 1957. Nesse contexto de consolidação do Sistema Rádio-educativo, teve destaque o Movimento de Educação de Base (MEB) surgido em 1960 com iniciativas de educação popular, voltada, também, para o atendimento à população adulta, idealizado pela Igreja Católica e patrocinado pelo Governo Federal. Segundo Barreto,

Em 1964, a ação do MEB já atingia 14 estados. Vinte e cinco emissoras transmitiam os programas de educação de base, inclusive as chamadas aulas radiofônicas. Essas transmissões tinham grande penetração na área rural. Em 1965, último ano de existência do MEB, tinha-se um total de 4.522 escolas radiofônicas (de recepções organizadas) (BARRETO, 2006).

Esse programa espalhou-se pelo país abrangendo a população rural e urbana. Em 1961 foi integrado à política educacional oficial sendo desarticulado em 1965 após o golpe militar de 1964. As escolas radiofônicas desse programa são utilizadas posteriormente pelo Projeto Minerva, 1970, voltado para a formação geral e transmitido pela Rádio MEC.

Devido ao golpe militar a educação brasileira, como todo os setores da sociedade brasileira, sofreu modificações na sua estrutura e forma de funcionamento, muito educadores passaram a ser perseguidos em função de posicionamentos ideológicos divergentes do governo vigente. Aliado a isso, as censuras dos meios de comunicação serviram como estratégia de controle da nova ordem política que se instaurava para possibilitar condições de legitimar a

mentalidade requerida pelo regime político, tentando, assim, consolidar a funcionalidade do sistema.

O projeto Minerva foi resultado de um acordo feito entre o Ministério das Comunicações e o Ministério da Educação. A produção dos textos, dos materiais de ensino e programas foi realizada pelos convênios firmados entre a Fundação Padre Anchieta (SP) e a Fundação Padre Landell de Moura (RS). O projeto oferecia cursos de Capacitação Ginásial e Madureza Ginásial com ênfase na educação de jovens e adultos e contou com a participação de várias instâncias governamentais, para o acompanhamento do mesmo, como por exemplo a Coordenação do Serviço de Radiodifusão Educativa (SER) do então Ministério da Educação e Cultura, que coordenou a execução e todas as atividades.

O Minerva sofreu várias críticas tanto em questão organizacional, que iam desde o descumprimento das horas destinadas a programação, a insuficiência de equipes regionais para as demandas dos alunos, até a questão pedagógica, sendo abordado o problema do currículo extremamente simplificados, o índice de reprovação e a falta de adaptação dos conteúdos para as diferentes regiões do país, problemas que persistem até os dias atuais nos mais diferentes projetos. Segundo Alonso (2007, pag. 57) nesse programa “em torno de 300.000 pessoas tiveram acesso às emissões radioeducativas.

Destes, 60.000 solicitaram o exame de Madureza, no entanto, somente 33% deles foram aprovados”. Apesar dessas críticas o projeto se estendeu até o início dos anos 80. O Estado da Bahia que já possuía a prática da formação a distância e comunitária desenvolvida antes mesmo do Movimento de Educação de Base se negou a participar do projeto Minerva apresentando como justificativa a concepção centralizadora tanto da organização dos conteúdos, quanto dos cursos propostos no projeto e apresentou uma iniciativa própria, o projeto IRDEB. Esse projeto foi criado em 1969 e se estendeu até o ano de 1977 tendo sua programação voltada para a educação básica, secundária e formação de professores. O projeto foi coordenado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia e utilizava o rádio, a TV, o correio e materiais escritos, para a transmissão e efetivação da sua programação que pretendia ser informacional, recreativa, cultural e educacional.

Faz-se observar que a partir da década de 60 a história da educação a distância começa a ser marcada pela implantação das TV educativas sendo do Ministério da Educação, 1964, o pioneirismo ao solicitar e conseguir do Conselho Nacional de Telecomunicação “a reserva de quarenta e oito canais de VHF e cinquenta de UHF, exclusivamente para TV educativa” (BARRETO, 2006). Várias instituições são criadas nessa década como a Fundação CentroBrasileiro de TV Educativa da Fundação Roquete-Pinto, 1967, atrelada ao Fundo de financiamento de televisão educativa, a Funtevê, originada um ano antes pelo Conselho Nacional de Telecomunicações; a Fundação Padre Landell de Moura, no Rio Grande do Sul(1967); a Fundação Padre Anchieta, em São Paulo em 1967; e o Instituto de Administração Municipal (Ibam), no Rio de Janeiro em 1967.

Em 1967 foi concebido e operacionalizado, em caráter experimental, o Projeto Saci, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) do CNPq, em São José dos Campos, no estado de São Paulo. Esse projeto é um dos exemplos que utilizava tanto rádio como TV para suas aulas e propunha uma rede educacional nacional via satélite.

Sua experiência piloto foi desenvolvida no Rio Grande do Norte, com um curso supletivo de primeiro grau para professores leigos, e uma complementação de 15 minutos diários para as séries iniciais regulares do primeiro grau no formato de telenovela. Utilizando, também, a TV e o rádio a Fundação Roberto Marinho (FRM/TV Globo) iniciou na década de 70 um programa de educação supletiva a distância, para o primeiro e segundo graus, atuais ensino fundamental e médio. Essa Fundação é um dos exemplos das que atuam até o presente momento com projetos de ensino fundamental e médio como por exemplo o telecurso 2000 criado em 1995 juntamente com a Fiesp e que é transmitido pelo Canal Futura, TV Globo, TVE, TV Cultura, Rede Vida, e Rede Minas, podendo, também, ser assistido em tele-salas que são implantadas em escolas. Essa fundação ainda tem projetos atuantes no campo de formação de professores, cultura e ecologia.

Em 1973 surge o projeto LOGOS uma iniciativa do Governo Federal voltado para o aperfeiçoamento de professores leigos e para isso teve à sua disposição recursos financeiros substanciais, pois segundo Alonso (2007, pag. 60) “o objetivo do MEC era o de transformar, a curto prazo, o perfil do sistema educacional nas regiões menos desenvolvidas do país e, o de explorar novas 'vias'

na qualificação dos denominados professores 'leigos". Na fase de expansão desse programa ele atendeu a 50.000 alunos. Ainda segundo Alonso (pag.62), "Houve uma série de outros programas destinados a atualização e aperfeiçoamento de professores, mas nenhum deles tinha como objetivo a formação ou a qualificação dos mesmos".

Instituições ainda atuantes marcaram a história da educação a distância no Brasil destacando-se: a Petrobrás juntamente com outras empresas com o Projeto Acesso 16(1975); o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) junto com o Serviço Social do Comércio (Sesc) e com a colaboração de emissoras associadas com o Universidade do ar (1947); a Fundação Roquete Pinto com o Programa Um salto para o Futuro(1991); o SEED/MEC, Secretaria de Educação a Distância/Ministério da Educação e Cultura com o Programa TV Escola (1995).

A proposição de ensino superior a distância surge apenas em 1972, pelo Ministério da Educação. Essa proposta foi apresentada a partir do relatório que defendia a criação de uma universidade aberta feito pelo conselheiro Newton Sucupira, do Conselho Federal de Educação, após um estudo realizado na Inglaterra com o intuito de conhecer o modelo universitário, projetado pela Open University.

A partir daí, são criados vários projetos de lei, propondo a criação de uma universidade aberta brasileira que são arquivados após tramitar no Congresso Nacional. Segundo Barreto (2007) "apesar desses insucessos, no nível da legislação, algumas iniciativas concretas de ensino superior a distância surgem na década de 1980, dentre as quais destacam-se: o programa de ensino a distância da Universidade de Brasília..."que começou sua experiência em EAD no ano de 1979 oferecendo mais de 20 cursos de extensão, seis dos quais traduzidos da Open University. Mais tarde, em 1985 o programa da UNB transformou-se na Coordenadoria de Educação a Distância, sendo posteriormente (1989) transformado em Centro de Educação Aberta Continuada a Distância (Cead), que em 1992 produziu a primeira experiência em software.

O Cead juntamente com algumas universidades públicas, também desencadeou várias ações que o destacou, como o lançamento da Rede Brasileira de Educação Superior a Distância em 1989; a criação do Fórum de Educação a

Distância do Distrito Federal, 1994, em parceria com a Unesco e o Instituto Nacional de Educação a Distância (Ined), e nesse mesmo ano, ainda com o Ined, lançou a revista Educação a Distância – INED.

Em 1995, organizou a 1ª Conferência Interamericana de Educação a Distância (Cread), no Distrito Federal.

No decorrer do processo histórico da EAD as diferentes ações e políticas implantadas, especialmente as das décadas de 60 e 70, marcaram e ajudaram a delinear a consolidação dessa modalidade. Esse processo histórico, como pudemos notar, foi todo intimamente ligado às tecnologias que eram utilizadas em cada época, auxiliando na delimitação da temporalidade de cada meio que era incorporado a essa modalidade de educação e fomentando o avanço e desenvolvimento dessas tecnologias mostrando uma sinergia entre o tecnológico e o social.

1.3. Revedo o conceito de território no contexto da Revolução Técnico-científica

É de extrema importância que verifiquemos como as mudanças geradas a partir da Revolução técnico-científica influenciaram diretamente ou indiretamente os conceitos de território e de territorialidade, estes podendo ser considerados basilares no presente estudo⁴.

Originalmente, a partir de apropriações conceituais da Biologia e das Ciências naturais, o território foi relacionado à idéia de abrigo, como forma de segurança. Segundo Raffestin (1993, 2009) e Saquet (2002, 2009), o conceito de território está sempre associado às relações de poder. Em outras palavras, nos primórdios, o conceito relacionava-se às questões referentes às dominações e posteriores manutenções de terras anexadas, exercidas por alguma fonte de poder. Segundo Andrade:

⁴ Em períodos de mudanças de paradigmas, tais como o período citado acima, os conceitos científicos costumam ser discutidos no sentido de haver uma adequação dos mesmos aos novos padrões impostos pela nova maneira de fazer ciência que acompanham tais momentos.

O território seria a área de influência e dominação de uma espécie animal que exerce o domínio da mesma, de forma mais intensa no centro e que perde esta intensidade ao se aproximar da periferia, onde passa a concorrer com domínios de outras espécies. (ANDRADE, apud Brunet, 1994)

O território é então tratado na Geografia neste momento, dessa maneira, com ênfase no caráter político-administrativo, isto é, como o território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras. Segundo Claval:

Para que uma entidade política possa ter a experiência do caráter absoluto do poder, é preciso que ela não tenha concorrente, e que exerça um monopólio total sobre o espaço dado; ela é então soberana. A idéia de território está assim ligada à de controle, e a justifica. Esta concepção de território emerge no século XVI e é teorizada pela primeira vez por Jean Bodin. A idéia de contrato social como foi formulada por Hobbes, torna-o uma das bases de todas as doutrinas políticas modernas. Tendo vivido a experiência do caos no qual o uso privado da violência mergulhava suas existências, os membros de uma comunidade decidem renunciar a um direito de efeitos perversos, e o concedem ao “Leviatã”; o Estado nasce deste ato, que lhe dá uma soberania total sobre o espaço, o qual a partir de então ele controla. (CLAVAL 1999 p. 8)

Num segundo momento, a partir do descobrimento e posterior ocupação do continente americano, o território enquanto área geográfica dominada, marcada pelo sentimento de posse pelo colonizador europeu em detrimento do sentimento de pertencimento característico dos indígenas, ganha projeção a partir de movimentos de expansão do capitalismo, tais como o colonialismo e o imperialismo, embora este último não tenha ocorrido no continente americano, que buscavam na conquista de terras externas às suas delimitações continentais uma solução para o crescimento econômico dos países do chamado *Velho Mundo*.

Enquanto a primeira definição de território, baseada em um momento de ênfase no primitivo caráter político-administrativo veio caindo em desuso ao longo do tempo, principalmente no que diz respeito às discussões proporcionadas pela Geografia, seja por suas limitações de uso e recorrentes descobertas de outras relações de poder dentro do mesmo território-nação, e até mesmo dentro do mesmo território de forma geral, ou até mesmo pela incorporação do conceito a

outras ciências sociais como a Sociologia e a Antropologia; a segunda forma de definição, porém, vem ganhando mais destaque com o advento da Revolução técnico-científica. Diferentemente do colonialismo dos séculos XV e XVI, e também do neocolonialismo (imperialismo) dos séculos XIX e XX, há ainda hoje uma busca desenfreada pela conquista de territórios, porém não mais com os países capitaneando tais conquistas, mas sim, as empresas transnacionais e multinacionais, geralmente sediadas em países considerados desenvolvidos, e até mesmo aqueles denominados como emergentes. A busca pela expansão econômica perpassa a idéia de conquistas territoriais, porém não mais realizada nos mesmos moldes dos séculos anteriores.

“O atual processo de globalização nada mais é do que a mais recente fase da expansão capitalista (...) Só que agora essa expansão - e esse é o dado novo - pode dispensar a invasão de tropas, a ocupação territorial, pode abrir mão, enfim, da guerra.(...) A farda agora é o terno e a gravata, pelo menos para os novos “executivos gerais”. As novas armas são agilidade e eficiência.” (SENE, 2003)

Jean Gottmann sugere que o progresso tecnológico seja o principal fator de declínio da função única de abrigo, que priorizava a dimensão político-administrativa que antes cabia aos territórios, juntamente com sua conseqüente tarefa de zelar pela soberania territorial do Estado. Segundo o autor:

Os meios de comunicação e as invenções beligerantes articulam Estados, ameaçando-os, condicionando uma nova ordem que é global e plural, porém, sem eliminar o território, nem o Estado. Agora, os territórios com novos significados, estão justapostos através das fronteiras e relacionados, política e geograficamente, no nível internacional, no qual, há uma fluidez e uma complementaridade moderna. (GOTTMAN, *apud* SAQUET, 2007)

O meio técnico-científico informacional trouxe consigo a ampliação da mobilidade espacial, isto é, um enorme incremento da capacidade de comunicação e de deslocamento de toda gama de objetos, informações, pessoas e capitais, possibilitando dessa forma, que várias atividades cotidianas tais como investimentos, deslocamentos populacionais e prestações de serviços – aulas, por exemplo – pudessem ser realizados à distância, eliminando obstáculos

burocráticos e físicos e, assim, aumentando exponencialmente o alcance espacial e populacional. Isto é, o meio técnico-científico informacional proporcionou a ampliação quantitativa dos territórios a partir da fluidez inerente ao processo de globalização, além de também ampliar o próprio conceito, adicionando esta fluidez à rigidez pré-existente que o considerava apenas como parcela do espaço físico delimitada por um indivíduo ou grupo. Essa ampliação conceitual pode ser percebida nas palavras de Milton Santos:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele flui. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2002, p.96)

Conseqüente ao aumento da fluidez verificado acima, podemos verificar que ocorre hoje em dia, fruto do advento desse meio técnico-científico informacional, uma perda gradual do conjunto de técnicas tradicionais dos territórios, e a sua posterior substituição por outro conjunto inovador, de cunho mundializado, a qual acredito que pode ser associado a uma também gradativa perda de identidades locais.

Destarte, as tecnologias da sociedade contemporânea podem significar um corte epistemológico no entendimento das matrizes espaciais, já que a tendência à universalização tecnológica moderna dá lugar à criação de tecnologias que desde seu princípio funcionem em escala global e em tempo real. (DUARTE, 2002 p. 94)

Embora na Geografia o conceito de lugar esteja mais diretamente relacionado à formação, deformação e (re) forma das identidades, é importante também verificarmos o quanto os territórios estão relacionados a esse conceito. Milton Santos faz várias referências em suas obras quanto ao lugar sendo concebido como espaço de resistência local ao ideário global. Em *Técnica, espaço e tempo* o autor diz que “o mundo da globalização doentia é contrariado no lugar”. Assim como ele, penso que é justamente no lugar e através da sua apropriação das

identidades que o tradicional resiste ao novo, o local ao global e ainda, que nesse reduto ainda é possível encontrar possibilidades de autonomia ⁵.

O território é, pois, esta parcela do espaço enraizada numa mesma identidade e que reúne indivíduos com o mesmo sentimento. [...] Neste sentido o território é bem um lugar antes de ser uma fronteira. (MEDEIROS, 2009 p.218)

Apesar disso, afirmo que também o lugar, imbuído de seu caráter local, é preñado de possibilidades, mas não de tantas certezas. Assim como Brandão (2007) que duvida de toda essa capacidade atribuída recentemente ao local:

Nos últimos anos, a concepção de que a escala local tem poder ilimitado invadiu o debate sobre o desenvolvimento territorial, no Brasil e no mundo. (...) Essa endogenia exagerada das localidades crê piamente que na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem controle sobre seu destino e procura promover sua governança virtuosa lugareira, subestimando os enormes limites colocados à regulação local. (BRANDÃO, 2007 p. 38-39)

Paul Claval (1999) já afirmava uma retomada da importância do conceito de território atribuindo o fato ao advento da pós-modernidade.

Os geógrafos dos anos sessenta atribuíram tudo ao espaço. Hoje em dia, eles falam mais comumente de território. Essa mudança testemunha de uma profunda transformação do mundo, e de uma mutação correlata das maneiras de compreendê-lo. (...) Uma das razões para tal é atribuída à fragilização das identidades, desencadeada pelo declínio das filosofias da história que serviam para interpretar o mundo. (CLAVAL 1999 p. 7)

O território também é formado a partir das identidades. As relações de poder que afirmam territórios e territorialidades, também são frutos de afirmações identitárias. Andrade diz algo semelhante ao se referir aos sentimentos resultantes da construção de territórios:

⁵ Vista aqui como um conceito caro a Castoriadis, que afirma que o mesmo não pode ser confundido com liberdade. A autonomia segundo ele deve ser compreendida como a possibilidade de se aproveitar ao máximo as oportunidades surgidas.

A formação de um território dá as pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas. (ANDRADE, 1994)

Esse processo nos faz refletir sobre duas grandes questões que não pretendo aqui esgotá-las, mas apenas buscar contribuições que expliquem ou apontem para uma direção para futuras discussões. Quanto, de fato, o território se tornou fluido a partir da revolução técnico-científica informacional da segunda metade do século XX? E, também, de que forma essa fluidez age sobre as fronteiras e porque não, também, sobre os limites internos dos estados-nações?

Quanto à fluidez dos territórios devemos atentar para o fato de que a simples consolidação de órgãos e entidades supranacionais, atuantes sobre os territórios, virtuais ou reais, tais como blocos econômicos e até mesmo organizações não-governamentais, é capaz de demonstrar o quanto os territórios tem se tornado fluidos e como as fronteiras, cada vez mais inócuas entre os estados nacionais tem sido postas de lado, frente a processos mais ou menos evoluídos de unificação.

Torna-se premente, nesse estudo, pensar que, da mesma forma que a globalização tende a produzir novas e aumentar desigualdades já existentes entre os países no sistema mundial capitalista, o mesmo processo ocorre ou pode ocorrer entre regiões e estados (províncias) no interior dos países, proporcionando o que pretendo denominar aqui como rompimento das territorialidades internas, isto é, segundo Sack (1986), a desativação de algumas territorialidades e a posterior reativação de outras. Ou ainda, segundo Haesbaert (2006), a desterritorialização que ocorre sobre indivíduos e grupos sociais e sua consequente reterritorialização proporcionadas pela mundialização das técnicas⁶. Esse movimento, que ocorre nas esferas públicas e privadas, porém com mais frequência nesta última, rompe com o ideário estabelecido pelo *status quo* de limites que devem ser mantidos a partir de convenções político-administrativas para então mostrar que o poder governamental, mesmo que ainda muito importante, vem cedendo lugar ao poder derivado das empresas, para que as

⁶ O objetivo aqui é uma interpretação conceitual que aproxime ainda mais as teorias de Robert Sack e Rogério Haesbaert sobre territórios e territorialidades.

mesmas possam seguir tranquilamente sua busca pelo lucro através da fluidez do antes rígido território nacional.

É justamente essa fluidez que pretendo tomar como uma das questões centrais nesse trabalho científico. Quando antigos limites internos, que remontam ao período de formação do território de um país, no caso o Brasil, passam a ser ignorados, podemos chegar a algumas conclusões preliminares: primeiramente a de que esse processo tem anuência do poder central, pois o mesmo mostra-se condescendente com a agenda da internacionalização dos territórios baseada na receita de desenvolvimento neoliberal que assola o planeta, pois caso contrário, poderia tomar providências no sentido de proteção aos desenvolvimentos e autonomias locais, sendo o gestor maior do território; em segundo lugar, e não menos importante, a questão da possibilidade, que se resume no fato de que o “rompimento” dos limites internos de um país, ou suas territorialidades exercidas pelo poder central só ocorre a partir do momento em que há a necessidade para tal, normalmente direcionada pela dimensão econômica, e ainda, que o sistema tecnológico forneça as ferramentas necessárias para que ocorra uma mudança no pensamento, na ciência e no espaço geográficos. Nos idos de 1977, Virilio já contribuía para a idéia de que as economias mundiais deveriam atentar para aquilo que tratamos como compressão do espaço como sendo algo do qual não poderíamos escapar:

A contração das distâncias se tornou uma realidade estratégica de consequências econômicas incalculáveis, pois ela corresponde à negação do espaço [...] a localização geográfica parece ter definitivamente perdido seu valor estratégico. (VIRILIO, *apud* DIAS, 2004 p.71)

Com relação à implantação do meio técnico-científico informacional que promoveu e ainda promove perdas identitárias ao redor do mundo, relacionado ao rompimento de territorialidades citada anteriormente, devemos destacar que o mesmo também proporciona um necessário resgate e posteriores redefinições acerca dos conceitos relacionados às matrizes espaciais. Dessa forma o conceito de território vem atravessando um processo de rejuvenescimento que acabou por também evidenciar o que Haesbaert (2006) e Duarte (2002) costumam chamar por

desterritorialização, ou seja, quando os deslocamentos técnicos realizados são capazes de provocar alterações nos hábitos de cada novo lugar, alterando sobremaneira as condições de vida e relações exercidas em múltiplas dimensões do cotidiano, movimentos amplamente verificados a partir do processo de globalização.

Para ambos autores, o exemplo da universalização das técnicas, presente desde a revolução técnico-científica, é bastante suficiente para mostrar o quanto a desterritorialização está presente em nosso cotidiano. Em suas obras *O mito da desterritorialização* e *Crise das matrizes espaciais*, respectivamente, apresentam o deslocamento das técnicas através das fronteiras internacionais como sendo um processo de substituição dos métodos tradicionais por métodos novos e, normalmente, vindos do exterior. Haesbaert inclusive cita Milton Santos, que afirmava que há uma ordem global, que desterritorializa, e outra local, capaz de reterritorializar. A desterritorialização pode ser assim entendida:

Processo que ocorre na organização de uma porção do espaço, pela inserção ou transformação de técnicas, idéias ou objetos, alterando o regime de influências de fixos e fluxos. Esse processo é um dos responsáveis pelas crises e redefinições das matrizes espaciais, podendo afetar diretamente os objetos e as ações do espaço, bem como a hierarquia de valores que determinam a identidade de um lugar ou o regime de influências de um território. (DUARTE, 2002, p.93)

Já Rogério Haesbaert compreende que a definição de desterritorialização pode variar em função do caráter do território abordado:

Dependendo da concepção de território muda, conseqüentemente, a nossa definição de desterritorialização. Assim, podemos perceber a enorme polissemia que acompanha a sua utilização entre os diversos autores que o discutem. (HAESBART, 2006 p. 35)

No caso de uma extinção de fronteiras (limites) e de proteções, outras fronteiras e outros limites, além de outras formas de proteção passam a atuar (desterritorialização e reterritorialização). No processo atual de globalização, outras fronteiras se definem. Essas novas fronteiras permitem colocar em ação

uma estratégia coerente e coordenada, que normaliza e baliza as diferenças, os desvios, para melhor administrá-los, ou mesmo eliminá-los.

Em se tratando do ensino a distância posiciono a modalidade como sendo possível graças aos avanços proporcionados pela constituição do meio técnico-científico informacional, através das tecnologias geradas pela 3ª Revolução Industrial. Porém, territorialmente falando, acredito que esta recém-estabelecida modalidade de ensino é capaz de proporcionar o surgimento de novos territórios, inclusive relacionados ao tele-trabalho, já que permite que haja trabalho realizado em casa via infovias, e, conseqüentemente, territorialidades geradas a partir dos novos territórios, aqui denominados virtuais.

1.4.

Os territórios-rede: um conceito em construção

Todos os três casos de modelos de ensino à distância apresentados aqui apresentam algo de virtualidade na composição de seus territórios. Seguindo a idéia de Sack (1986) e Saquet (2007), na qual, existem graus de territorialidade, sugiro que pensemos que também existem graus de virtualidade na composição dos territórios e suas respectivas territorialidades. Esses níveis de virtualidade são importantes a partir do momento em que permitem que novas camadas de território se sobreponham sobre uma fração do espaço que os contém. A virtualidade, sob meu ponto de vista, é fundamental para que possa haver um acréscimo de camadas territoriais novas àquelas há mais tempo territorializadas, proporcionando e ratificando a multiplicidade e a flexibilidade de territórios que segundo Haesbaert (2005) denota a pós-modernidade, contrária à rigidez territorial que marca a modernidade.

Além da virtualidade intrínseca ao processo, todos os exemplos citados também se referem ao conceito de território-rede, amplamente associado à pós-modernidade, o que pode ser confirmado nas palavras de Haesbaert:

Talvez seja esta a grande novidade de nossa experiência espaço-temporal dita pós-moderna, onde controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são nossas feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade. [...] Assim, com uma maior carga imaterial, ou mais propriamente, combinando de forma muito mais complexa o material e o imaterial, as redes contemporâneas, enquanto componentes dos processos de territorialização configuram territórios descontínuos, fragmentados, superpostos, bastante distintos da territorialização dominante na chamada modernidade clássica. (HAESBAERT, 2006 p.279 e 281)

A partir do pensamento acima é possível afirmar que a pós-modernidade trouxe à tona um novo paradigma não apenas ao fazer científico ao tratar com toda atenção a pluralidade e a multiplicidade na conceituação de territórios plurais e não mais a territorialidade singular, mas também e, principalmente, a necessidade da revitalização e redefinição de alguns conceitos caros às ciências. Giddens (1991) fala sobre o assunto referindo-se ao termo desencaixe:

Por desencaixe me refiro ao “deslocamento” das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço. (Giddens, 1991 p. 29)

O fato é que, a pós-modernidade, ao incluir a necessidade de reestruturações conceituais na agenda de discussões das ciências sociais, e aqui, mais especificamente, da Geografia nos faz revisar o arcabouço teórico acerca não só do território, mas também das territorialidades. O que se delineia como esse território-rede? Este seria o resultado da integração e interação entre os territórios tradicionais configurados a partir de conexões voltadas obviamente para a conjunção, a união de objetivos e nunca a concorrência entre os “nós” que engendram esta rede territorial. Nestes, enxergamos a horizontalidade como marca de um sistema de pouca ou nenhuma hierarquização entre os pontos e conexão, mas com a livre atuação de hierarquias no interior de cada um desses pontos, isso sem contar com a já existente entre os espaços utilizados para a configuração dos territórios enquanto territórios-rede.

Na definição de rede oferecida por Haesbaert (2006), o autor a caracteriza como capaz de romper limites, já que extrínseca. Ora, a partir do que foi mostrado

neste trabalho, julgo poder reafirmar que não existe rede sem território e sem processos de territorialização/desterritorialização. De forma que proponho tomarmos a formação desse novo tipo de território, o território-rede, como sendo a expressão mais recente e, em certos casos, inevitável a partir dos interesses do capital, de processos de territorialização claramente apoiados em técnicas que proporcionam a comunicação virtual quase instantânea entre os pontos conectados do território, e a comunicação física tendo sido facilitada pelos meios de transporte e sua respectiva evolução.

Assim sendo, acredito que o rompimento de limites, desde o início tratado aqui por rompimento de territorialidades locais ou transposição das mesmas deve ser encarado como um fato peculiar do atual momento globalizante e pós-moderno de amplos poderes do capital e das empresas transnacionais.